

VIVÊNCIANDO O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM SAÚDE COLETIVA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alanis Uchoa de Castro¹; Lauriane Stefani Ferreira de Araújo Silva; ² Weslaine Gomes Fagundes³; Itamires Laiz Coimbra da Silva⁴

¹Estudante de graduação, Centro Universitário São Lucas (UniSL), Porto Velho, Rondônia.

²Estudante de graduação, Centro Universitário São Lucas (UniSL), Porto Velho, Rondônia.

³Estudante de graduação, Centro Universitário São Lucas (UniSL), Porto Velho, Rondônia.

⁴Docente de graduação, Centro Universitário São Lucas (UniSL), Porto Velho, Rondônia.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção primária à saúde. Pré-escola. Prática profissional.

ÁREA TEMÁTICA: Saúde Coletiva

DOI: 10.47094/IICONRES.2022/36

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) instituída sob a Portaria Nº 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017, é apresentada como uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades (GUSTAVO CM, MOROSINI MVG, 2009).

Para Starfield (2002), a atenção primária tem como objetivo abordar os problemas mais comuns na comunidade, oferecendo serviços de prevenção, cura e reabilitação para maximizar a saúde e o bem-estar. Ela integra a atenção quando há mais de um problema de saúde e lida com o contexto no qual a doença existe e influencia a resposta das pessoas a seus problemas de saúde.

A infância é uma etapa de muita relevância da vida devido a mudança no desenvolvimento, esses processos são influenciados pelas origens ambientais biológicas, familiar e sociais, nos quais a criança está inserida, e que podem desencadear repercussões para a vida adulta. Nessa fase requer muita atenção dos profissionais da saúde para a identificação precoce de possíveis alterações no desenvolvimento, que podem comprometer a produtividade e a independência da pessoa (SANTOS ERF, RAMOS DD, SALOMÃO NMR, 2015).

Em 2015, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) com a Portaria nº 1.130 (BRASIL, 2015), a qual sintetiza de maneira clara e objetiva os eixos de ações que compõem a atenção integral à saúde da criança. O documento aponta estratégias e dispositivos para a articulação das ações e dos serviços de saúde, a fim de facilitar sua implementação pelas gestões estadual e municipal e pelos profissionais de saúde.

Nesse sentido, o estudo propõe realizar um relato de experiência sobre atividade realizada em uma comunidade rural com atualização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a execução de um projeto realizado por acadêmicas de Enfermagem do 6º período de uma faculdade privada de Porto Velho/RO, orientado pelo docente da disciplina de Projeto Integrador VI – Saúde Coletiva. A proposta inicial seria a identificação uma comunidade com critérios de vulnerabilidade e acessibilidade a saúde pública deficientes, visando desenvolver atividades voltadas para a saúde coletiva da população alvo.

Para tanto foi necessário realizar uma visita técnica a fim de diagnóstico situacional na comunidade Vila Cachoeira Teotônio em Porto Velho/RO, tendo os indicadores de saúde, critérios de vulnerabilidade da população e acessibilidade aos serviços de saúde como referência para a identificação de problemas, sendo que foi constatado um déficit considerável de crianças em idade escolar sem ações ou programações para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

Diante deste cenário foi desenvolvido um projeto dentro da E.M.E.I.E.F Antônio Augusto Vasconcelos, local onde observou-se maior concentração do público alvo e maior adesão da atividade proposta. O projeto visava uma avaliação individual da população infantil, com o auxílio de: balança antropométrica, fita métrica, gráfico de crescimento e desenvolvimento infantil, termômetro, esfigmomanômetro, estetoscópio e um questionário norteador para realização de anamnese dinâmica e interativa. Dos dados coletados seguem: aferição de SSVV, medição e pesagem para realizar comparativo com as normalidades propostas dentro do gráfico de avaliação e desenvolvimento disponibilizado na caderneta infantil do Ministério da Saúde, vindo a identificar se as crianças de 05 a 10 anos estão com peso e tamanho adequado para a sua idade, de acordo com as recomendações do MS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a realização da atividade de monitoramento do crescimento e desenvolvimento infantil, foi identificado que das 23 (vinte e três) crianças com idade entre 5 e 10 anos, cursando entre o 1º e 3º ano do ensino fundamental, 3 (três) delas apresentaram padrão do desenvolvimento com o peso abaixo do esperado para sua idade e estatura e 3 (três) estavam com o peso elevado para o esperado para sua idade e IMC. As demais crianças estavam com estatura e peso adequados para a sua idade.

O processo de desenvolvimento pode ser concebido como sendo constituído de uma série de períodos alternados de crescimento rápido (acompanhado por interrupção ou desequilíbrio) e períodos de relativa calma ou consolidação. Obviamente, mudanças ocorrem o tempo todo. A mudança pode ser procedente de questões fisiológicas tendo como exemplo a puberdade; uma mudança cognitiva altamente significativa e uma alimentação inadequada seja com o excesso de alguns nutrientes ou a falta dele (BARBOSA JM, NEVES CMAF, ARAUJO LLD, 2013).

Na infância, o fato de as crianças estarem em constante movimento, seja em casa ou na escola, pode acarretar um grande gasto calórico, gerando uma perda de peso característica dessa fase do desenvolvimento infantil. Porém, muitas outras crianças acabam gastando mais tempo na frente de equipamentos eletrônicos do que brincando, o que retarda o metabolismo desses indivíduos gerando o acúmulo de calorias e impedindo a perda de peso, resultando assim, em um dos maiores desafios da saúde na infância, a obesidade infantil.

Diante das alterações encontradas foi realizado ferramentas de educação em saúde, onde foi realizado orientações em sala de aula abordando temas como a importância de uma boa alimentação e os nutrientes essenciais para boa alimentação infantil, foi encaminhado bilhetes aos pais com algumas orientações alimentares, sugestões de cardápio acessível e a opção de realização de atividades físicas leves adequada para a idade da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa vivência pode-se compreender a saúde em locais de difícil acesso, destacando a importância da atuação da enfermagem dentro da atenção primária junto a pré-escola, vindo a contribuir na melhora da performance de aprendizagem infantil. Possibilitando aos acadêmicos identificar as potencialidades dos programas de saúde, suas lacunas, o perfil epidemiológico da população adscrita e contribuiu para a aproximação do alunado com a real situação de saúde no Brasil, desmistificando assuntos que pareciam estar longe da realidade dos acadêmicos.

É importante enfatizar que pais, professores, comunidade e entre outros participantes devem atuar de forma ativa na promoção do desenvolvimento infantil e detecção de possíveis mudanças em tempo hábil, contribuindo com o núcleo de saúde.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33)

DAMASCENO, Simone Soares et al. Saúde da criança no Brasil: orientação da rede básica à Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2016, v. 21, n. 09 [Acessado 25 Outubro 2021], pp. 2961-2973. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015219.25002015>>. ISSN 1678-4561.

ELIAS, Paulo Eduardo Graduação em Saúde Coletiva: **Notas para reflexões.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2003, v. 7, n. 13 [Acessado 19 Março 2022], pp. 167-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832003000200020>>. Epub 17 Fev 2009. ISSN 1807-5762.

DOS SANTOS, E. R. F.; RAMOS, D. D.; SALOMÃO, N. M. R. Concepções sobre desenvolvimento infantil na perspectiva de educadoras em creches públicas e particulares. **Revista Portuguesa de**

Educação, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 189–209, 2015. DOI: 10.21814/rpe.7738. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/7738>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BARBOSA, Janine M.; NEVES, Conciana Maria Andrade F.; ARAÚJO, Luciana Lima D. **Guia Ambulatorial de Nutrição Materno-infantil**. MedBook Editora, 2013. 9786557830390. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830390/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GUSTAVO, CM; MOROSINI MVG. **Atenção primária à saúde**. Rio de Janeiro: Dicionário da Educação Profissional em Saúde, 2009.

STARFIELD, barbara. **Atenção primária: Equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002.